

LEONARDO BOFF

Econoteólogo e escritor

O que se entende mesmo por crise?

Atualmente parece estar tudo em crise: a ordem do capital, a economia, a política, as ciências, as éticas, os valores, as religiões e, entre nós, no Brasil até o futebol. Numa palavra, temos a ver com uma crise de civilização, vale dizer, da nossa forma de estar no mundo, como organizamos a sociedade e estabelecemos os valores e leis que nos regem. Não há campo livre, especialmente concernente ao futuro.

Ela pode representar uma tragédia cujo desfecho pode ser destrutivo, como no teatro grego ou um drama cujo termo pode ser bem-aventurado como na liturgia cristã que celebra a páscoa da ressurreição depois da sexta-feira santa da paixão.

A humanidade está posta diante desta decisão: ou continuar como está e poderemos ir ao encontro de uma tragédia civilizatória ou abrir um novo caminho, marcado, certamente, por um drama mas que promete um futuro melhor.

A Carta da Terra, um dos principais documentos da ONU pensando o futuro do planeta Terra afirma: “As bases da segurança global estão ameaçadas; essas tendências são perigosas mas não inevitáveis. A escolha é nossa: ou formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros ou arriscar a nossa destruição e a destruição da diversidade da vida” (preâmbulo). Eis com que crise radical somos confrontados.

Expliquemos primeiramente o que entendemos por crise. A maioria recorre ao ideograma chinês de crise: como risco e como oportunidade, o que julgo iluminador. Mas prefiro a rica significação de crise em sânscrito, por ser a matriz de nossa língua e por possuir ressonâncias em outras palavras derivadas daí.

Em sânscrito, crise vem de kir ou kri que significa purificar e limpar. De kri vem crisol, o cadinho para depurar o ouro das gangas. Acrisolar, na linguagem elegante, quer dizer também decantar. Uma doença grave produz uma crise profunda no enfermo. Ao sair da crise, reavalia o sentido da vida e resgata o valor das coisas mais cotidianas. Então, a crise significa um processo crítico, de depuração de tudo o que não é essencial. O acidental permanece acidental.

Abordemos a natureza da crise. Quem por primeiro aprofundou a crise associada à angústia foi Sören Kierkegaard (2013-1855: O conceito de angústia, Vozes 2010) tido um dos fundadores do existencialismo. Era filósofo e teólogo. Escreveu outro com o título A crise e uma crise na vida de uma atriz. Para ele a vida é entendida como processo permanente de angústias e crises e de superação de angústias e de crises.

Outro pensador fundamental da crise foi o filósofo espanhol Ortega y Gasset (1883-1955), conhecido como o autor da frase “eu sou eu e minha circunstância”. Escreveu um ensaio de 1942, mais tarde publicado como Ao redor de Galileu Galilei: esquemas das crises históricas (Vozes 1989). Mostrou que a história, por causa de suas rupturas e retomadas, possui a estrutura da crise.

Esta obedece, segundo o autor, à seguinte lógica: (1) a ordem dominante deixa de realizar um sentido evidente; (2) anuncia-se a percepção de que um muro se levanta à nossa frente, por isso reinam dúvida, ceticismo e uma crítica generalizada; (3) urge uma decisão que cria novas certezas e um outro sentido; mas como decidir se não se vê claro? mas sem decisão não haverá saída para a crise; (4) tomada a decisão, mesmo sob risco, então abre-se, novo caminho e outro espaço para a liberdade. Superou-se a crise. Nova ordem pode começar.

Ela se traduzirá por um curso diferente das coisas. Depois, seguindo a lógica da crise, esta ordem também entrará em crise. E permitirá, após processo crítico de acrisolamento e purificação, a emergência de nova ordem. E assim sucessivamente se estrutura a história humana.

A crise possui também uma dimensão pessoal, especialmente, a grande crise representada pela morte. Ela revela também uma dimensão cósmica que é o fim do universo. Este, creio eu, não acaba na morte térmica e no completo vazio mas numa explosão e implosão para dentro da Suprema Realidade.

Entretanto, todo processo de purificação não se faz sem cortes e rupturas. Daí a necessidade da de-cisão. A de-cisão opera uma cisão com o anterior e inaugura o novo. Assim resgatemos o sentido grego de crise.

Em grego krisis, crise, significa o processo de decisão tomada por um juiz ou um médico. O juiz pesa

e sopesa os argumentos prós e os contra e o médico conjuga os vários sintomas da doença. À base deste processo ambos tomam suas decisões pelo tipo de sentença a ser proferida ou pelo tipo de doença a ser tratada. Esse processo decisório é chamado crise. Encontrada a solução, a crise desaparece.

O evangelho de São João usa 30 vezes a palavra crise no sentido de decisão que a maioria dos tradutores, insensíveis às riquezas da palavra original krisis, traduzem por juízo. O fato real é que Jesus compareceu como “a crise do mundo” (krisis tou κόσμου), pois obrigava as pessoas a se decidirem em favor ou em contra de sua mensagem e pessoa.

O Brasil vive, há séculos, protelando suas crises porque as lideranças não possuem a ousadia histórica de tomar decisões que cortassem com o passado perverso. Sempre se fizeram e se fazem conciliações negociadas a pretexto da governabilidade (cf. o clássico José Honório Rodrigues, Conciliação e Reforma no Brasil, 1965). Desta forma sutilmente se preservam os privilégios das elites do atraso e novamente as grandes majorias são condenadas continuar na sua miséria ou na marginalidade.

A crise do capitalismo é notória. Como mostrou Carl Polanyi em sua obra A grande Transformação, (Campus, 2000), de uma sociedade com mercado se passou para uma sociedade de mercado. Tudo é feito mercadoria (até órgãos humanos), coisa que Marx em 1847 previu e chamou de “o tempo da corrupção geral e da venalidade universal” (A miséria da filosofia). Hoje predomina o capital especulativo que não produz sequer um prego, apenas dinheiro e mais dinheiro. Seguramente terminará numa crise fenomenal afetando cruelmente milhões de pobres.

Bem disse Platão em meio à crise da cultura grega: “as coisas grandes só acontecem no caos, na crise”. Com a de-cisão, o caos e a crise desaparecerão e pode nascer nova ordem. Assim terminava Martin Heidegger, feito nazista por um tempo, sua preleção inaugural como reitor da universidade de Friburgo i.B. na Alemanha.

Oxalá desta crise planetária, surja um novo ensaio civilizatório que, esperamos, seja mais integrador, mais humanitário, mais espiritual e mais cuidadoso. Caso contrário...

MÁRCIO COIMBRA

CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia

Domínio invisível chinês: A nova fronteira da soberania

Existe uma transformação silenciosa na América Latina. Enquanto a diplomacia se hipnotiza com a rivalidade entre superpotências, a geopolítica é reescrita nos bastidores de prefeituras, editais de transporte e câmeras urbanas. Trata-se da expansão chinesa em sua versão mais sutil: um modelo que abandona os holofotes para se enraizar na infraestrutura básica que faz as cidades funcionarem.

A eficácia dessa abordagem reside no ponto cego criado para o Ocidente. Atento ao desgaste de obras como megaportos e usinas, Pequim recalibrou suas agulhas para priorizar a negociação capilar com governadores e prefeitos, oferecendo respostas imediatas a demandas locais. Ao fornecer ônibus elétricos, gerenciar redes de energia ou manter trens, corporações chinesas erguem uma dependência sistêmica. Cada contrato parece inofensivo, mas o efeito cumulativo é devasta-

dor: quando um estado percebe que seus serviços dependem exclusivamente de suporte chinês, sua margem de manobra política evapora.

Essa presença física serve de veículo para o motor do domínio contemporâneo: a Rota da Seda Digital. Em vez de erguer apenas concreto e aço, a China constrói os canais invisíveis da informação. Prefeituras sem diretrizes de segurança cibernética encontram em gigantes chinesas ofertas irrecusáveis de modernização. Redes 5G e a migração de dados para a nuvem fazem a máquina pública operar sob uma arquitetura mantida por Pequim. Consolida-se o aprisionamento tecnológico: governos locais tornam-se reféns de atualizações e suporte contínuo, transferindo sua soberania sem que a sociedade perceba.

O desdobramento mais sensível dessa arquitetura é o processamento de dados por Inteligência Artificial. Sob o conceito de “Cidades Seguras”, adquirem-se sistemas para mapear o tráfego, rastrear veículos e identificar rostos em tempo real, ocultando sob o combate ao crime uma colheita ininterrupta de dados biométricos. O perigo geopolítico vincula-se à Lei de Inteligência Nacional da China, que obriga empresas a cooperarem com o Estado. Assim, o acervo colhido na região fica exposto ao acesso direto de Pequim, estabele-

cendo uma vigilância preditiva sem precedentes.

A corrupção e o pragmatismo político funcionam como o lubrificante ideal para que gigantes chinesas contornem auditorias técnicas e éticas. O caso da Hikvision no Rio de Janeiro ilustra essa dinâmica: sob o pretexto da segurança pública, o estado firmou contratos milionários de reconhecimento facial em meio a denúncias de opacidade, direcionamento e superfaturamento. Enquanto a empresa sofria sanções por riscos de segurança e violações de direitos humanos, a administração no Rio aprofundava a parceria, entregando o controle do espaço público indiretamente para Pequim.

A Rota da Seda Digital reconfigura a soberania continental. A América Latina não está sendo submetida por doutrinação ideológica ou coerção militar, mas pela dependência operacional dos elementos básicos da sociedade moderna. À medida que prefeituras e estados entregam redes de energia, dados biométricos e trânsito ao ecossistema tecnológico de Pequim, a autonomia dilui-se de baixo para cima. O resultado é uma hegemonia algorítmica e invisível — erguida em cada servidor instalado, câmera ativada e licitação homologada —, que redesenha o mapa do poder global sem que o mundo perceba.